

# *A Teologia da Libertação no Tribunal do Santo Ofício*

## **AS FRAGILIDADES DO DOCUMENTO DA SAGRADA CONGREGAÇÃO**

JULIO DE SANTA ANA *Página 13*

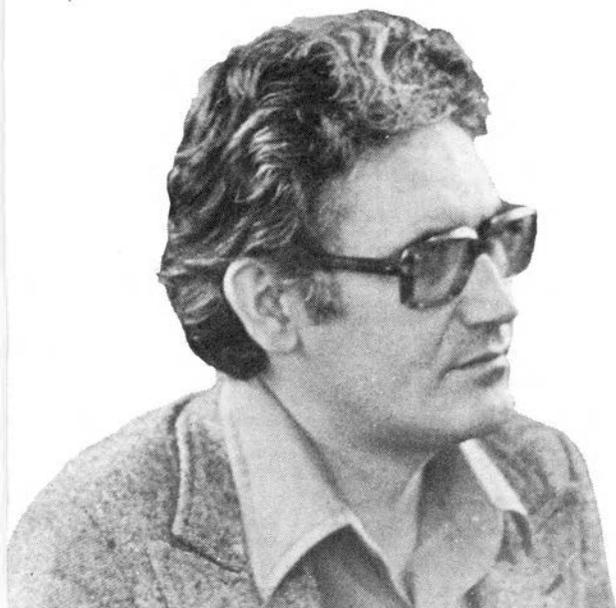
# tempo e presença

publicação do CEDI • nº 193 • agosto/setembro de 1984

## **AS MUDANÇAS NA POLÍTICA DE ROMA**

F. BENJAMIN DE SOUZA NETTO *Página 10*

## **ENTREVISTA COM RUBEM ALVES** *Página 7*



*A convocação de Leonardo Boff (foto) pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e a publicação do documento Instrução Sobre Alguns Aspectos da Teologia da Libertação reacenderam o debate sobre a validade e a importância dessa corrente teológica para a igreja e a*

## Projeto editorial da Tempo e Presença

Ahora te escribo como lector de Tempo e Presença y además para hacerte un pedido. En primer lugar quiero agradecer y felicitar a CEDI por los diez años de la revista. Uds. han hecho un trabajo muy bueno y han cumplido con un servicio muy valioso. Estimo que Tempo e Presença es de lo mejor que se publica en el campo ecumênico, y no conozco otra publicación que la supere en América Latina. Hay sólo dos publicaciones que leo más de una vez y cuyos artículos utilizo en diferentes oportunidades: la vieja "Xmo. y Sociedad" (tengo la colección casi completa) y "Tempo e Presença". Deseo que la nueva etapa en la cual están pensando sea tan buena y exitosa como la primera década. En respuesta a la carta a los lectores (número de abril/mayo), te digo que yo prefiero la revista como se publica ahora, "um veículo importante para a circulação de materiais de trabalho junto as

pastorais e movimentos sociais". De esta manera cumple un servicio más vasto y se ubica mejor en el espacio de la acción-reflexión. El aspecto "temático" puede ser cubierto en parte con la confección de índices anuales, los que siempre son de gran ayuda.

**Carlos Sabanes, vice-decano  
do ISEDET (Buenos Aires,  
Argentina)**

## Superstição e desonestidade

Meu caro Rubem Alves, irmão em Cristo, quase primo e conterrâneo. Minha carta a **Tempo e Presença** motivou uma resposta desta e, em seguida, outra sua. Equivoquei-me num ponto, mas você e a revista se equivocaram em outro. O velho Machado já dizia em **Esau e Jacó** que "o que importa é que cada um tenha as suas idéias e se bata por elas, até que elas vençam. Agora que outros as interpretem mal é coisa que não deve afligir o autor" (Cultrix, 1966, pág. 100). O mestre que me desculpe mas

vou aqui me penitenciar por tê-lo interpretado mal e espero que vocês façam o mesmo de seu lado. Meu irmão — o que me magoou foi ler as palavras "superstição" e "desonesto". Só isto. Eu sou do tempo antigo, quando a gente podia discordar (e eu acho belo e tocante que vocês, teólogos, discordem entre si) mas nunca se admitia que se acoimasse o pensamento do outro de "superstição" e nem se acusasse um sequer de seus atos de "desonesto". Eu sei que a atitude do Papa na Nicarágua foi criticada mesmo por católicos. Isto não justifica, no entanto, que se lhe atribua a gravíssima pecha de desonesto. Discutamos, Rubem, mas com um mínimo de urbanidade. Vamos discutir, por exemplo, a presença real e a teologia da libertação, mas não insultemos ninguém. Para mim, homem antigo, "superstição" e "desonesto" são palavras insultuosas. Com afeto fraternal,

**Newton Freire-Maia (Curitiba  
- PR)**

## Carta aos Leitores

Prezado(a) leitor(a)

No número de abril/maio (191) de nossa revista publicamos a **carta ao leitor**, informando sobre o processo de discussão e mudanças por que estava passando o projeto editorial da **Tempo e Presença**. Pedíamos também ao leitor suas sugestões e uma participação mais próxima nas definições. Recebemos algumas cartas, conversamos com quem pudemos conversar, realizamos algumas discussões.

O que ficou definido até agora é que faremos três números temáticos até o final do ano. Além deste, o próximo será sobre **Os Meios de Comunicação no Brasil**, discutindo principalmente a televisão, suas possibilidades e relações com as Igrejas e o Estado. O outro será sobre **Educação e Escolarização Popular**, onde discutiremos os projetos e perspectivas do ensino básico no país.

Isso não quer dizer que já tenhamos chegado

a um projeto definitivo. Nossas soluções ainda são precárias e sujeitas as novas modificações. Continuaremos a discutir e receber sugestões, e somente em nossa Assembléia anual (janeiro de 85) fecharemos um projeto definitivo para a revista.

Pelo fato de termos publicado um número menor de revistas do que havíamos prometido (10, mas até o final do ano só teremos publicado 7), pedimos a compreensão de nossos assinantes, o processo de transição que atravessamos obrigou-nos a refazeremos nossos planos.

Informamos também que continuamos recebendo normalmente os pedidos de renovação ou de novas assinaturas. Assim como renovamos o apelo para que continuem nos escrevendo e opinando sobre os caminhos futuros que a **Tempo e Presença** deverá tomar.

Agradecemos sua atenção,

**os editores**

# tempo e presença

**CEDI**  
**Número 193**  
**agosto/setembro de 1984**

**CEDI**  
**Centro Ecumênico**  
**de Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98 fundos  
Telefone: 205-5197  
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983  
Telefone: 66-7273  
01238 - São Paulo - SP

**Conselho Editorial**  
Aloizio Mercadante Oliva,  
Jether Pereira Ramalho, José  
Oscar Beozzo, Rubem Alves,  
Zwinglio Mota Dias

**Editor**  
Luiz Roncari

**Produção Visual e Gráfica**  
Sérgio Alli

**Revisão e Copy Desk**  
Vera Maria Masgão Ribeiro

**Sagarana Editora Ltda.**  
Av. Nazareth Paulista  
nº 146 - sala 4  
05448 - São Paulo - SP

**Composição e Impressão:**  
**Cia. Editora Jorúes.**

# editorial

*“O Espírito do Senhor está sobre mim,  
porque ele me ungiu  
para evangelizar os pobres;  
enviou-me para proclamar a remissão aos presos  
e aos cegos a recuperação da vista,  
para restituir a liberdade aos oprimidos  
e para proclamar um ano de graça do Senhor.” (Lc.  
4.18,19)*

A imprensa nacional e internacional, de alguns anos para cá, tem-se ocupado de forma quase sistemática de um tema até então pouco comum em suas páginas: questões teológicas. Notícias sobre acontecimentos envolvendo Igrejas e/ou seus agentes sempre freqüentaram as colunas dos principais jornais e revistas do mundo ocidental. Mas debate teológico é novidade. A teologia foi sempre vista como algo estranho e não compatível com o cotidiano do mundo moderno. Seu lugar próprio foi sempre considerado como sendo a retaguarda das instituições eclesiais, seminários, conventos, sacristias e, quando muito, departamentos especializados de universidades européias e norte-americanas porque no Brasil, graças ao anti-clericalismo positivista, esse espaço profano lhe continua vetado.

Mas bastou que o povo começasse a ter vez e voz no interior das igrejas e alguns teólogos ousassem refletir e sistematizar suas experiências - onde a fé se mistura com a vida - pondo em risco, com isso, certos discursos religiosos e políticos legitimadores de estruturas e interesses há muito estabelecidos e devidamente protegidos, tanto no interior das igrejas como da sociedade, para que a teologia virasse notícia cotidiana.

Neste número de Tempo e Presença pretendemos levantar o véu de certas questões que envolvem o já apaixonado debate acerca da teologia da libertação. Desde a já famosa “Instrução da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé sobre a Teologia da Libertação”, passando pelo indiciamento do teólogo brasileiro Leonardo Boff e as repercussões políticas da prática social dos cristãos latino-americanos sobre a política hemisférica dos Estados Unidos, se discute neste número o tema fundamental que subjaz, explícita ou implicitamente, em todas as formas de que se reveste esta polêmica: o insólito surgimento na América Latina de uma nova forma de ser Igreja - a Igreja dos pobres!

- 4 ROMA E O SÉCULO  
*Luiz Roncari*
- 5 CEBS E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO  
*João Carlos Oliveri*
- 7 AS OVELHAS... OS TIGRES...  
*Entrevista com Rubem Alves*
- 10 A NOVA OU A VELHA POLÍTICA DE ROMA  
*F. Benjamin de Souza Netto*
- 13 LUZES E SOMBRAS NO TEXTO DO (EX) SANTO OFÍCIO  
*Julin de Santa Ana*
- 17 AS LIGAÇÕES ROMA-WASHINGTON  
*Newton Carlos*
- 19 CUT. UM ANO DEPOIS  
*Aloizio Mercadante Oliva*
- 20 OS P(R)O(F)ETAS  
*Carlos Rodrigues Brandão*
- 24 Bíblia Hoje  
O UM E O TODO  
*Bispo Isac Alberto Rodrigues Aço*

# Roma e o Século

Luiz Roncari

O que significou o indiciamento de Leonardo Boff pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé? As matérias de imprensa se dividiram entre a apologia e a condenação do teólogo, tendo claro, porém, que era a Teologia da Libertação que estava em questão. No caso, Boff era apenas a encarnação da idéia a ser combatida (ou não), estando em seu centro a aproximação do marxismo com a reflexão teológica. A simples ameaça ao teólogo já significava a contenção dessa política aproximativa ou, no mínimo, seu congelamento **para uma maior reflexão**. A ameaça era mais eficaz que a condenação, pois se esta última poderia gerar reações desagradáveis, a primeira gera temor mas nenhuma reação (será temerária daqui para frente toda referência explícita ou implícita de relação entre marxismo e teologia). Nesse sentido, o desafogo e alívio de frei Leonardo depois do interrogatório eram um pouco descabidos. Se considerou esse resultado uma vitória, atribuída por ele às pressões da opinião pública que surgiram em seu apoio, ela é também um pouco aparente. O teólogo parece ter servido mais de bode expiatório, escolhido para ser sacrificado, pelo menos intelectualmente (daqui para a frente, ou inicia o caminho de volta ou viverá o isolamento), cuja publicidade feita contra a condenação difundiu também o peso da ameaça. Todos saberão a partir de agora que os olhos de Roma estão atentos e vigilantes.

Se a intenção da Igreja fosse a de punir um simples teólogo, teria encontrado meios de evitar tanto alarde. O barulho parece que interessava mais a ela que à vítima: mostrar a todos que o Tribunal do Santo Ofício já estava desempoeirado e bem azeitado. E engana-se quem pensa que será usado nos velhos moldes. Não será mais a vítima que irá até ele (Boff foi efeito de propaganda), ele irá até as vítimas, assim como o Papa tem ido nas suas viagens aos países e colônias de fiéis. Os anônimos que através da Igreja encontraram for-

mas de participação política e ganharam certa autonomia, fugindo ao seu controle, é que sabem disso, na medida em que experimentam a perda do apoio e, com isso, das condições de continuidade e dos canais de participação. Portanto, já foi o tempo em que o Tribunal era a expressão da **força** do convencimento, hoje ele é a expressão do **convencimento** da força da Igreja diante da impotência dos fiéis.

Entretanto, essa **rentrée** de Roma no Século, através de João Paulo II, conta com um dado novo, talvez inesperado: a prática da Igreja de criar os hereges para depois combatê-los tornou-se herética diante de um dos princípios que já não é mais exclusivo do liberalismo do século XIX que combateu: o de que pode-se não concordar com uma só palavra do que se diz, mas defende-se o direito de dizê-la. Esse direito da livre expressão do pensamento e da palavra, já não é um simples princípio abstrato, mas uma reivindicação concreta de qualquer intelectual que se preze, tendo em vista sua credibilidade, de manter a autonomia de reflexão e criação diante de qualquer organismo ou instituição a que esteja ligado: Estado, Igreja, indústria cultural, meios de comunicação e partidos políticos. Se a Igreja quiser manter seus intelectuais como instrumentos e porta-vozes de ortodoxias e dogmas, não terá a mesma facilidade para condenar os que se colocam a serviço do capital que visa o lucro a qualquer custo ou os ligados a partidos e Estados de tendências totalitárias.

A imprensa não chegou a levantar essa questão no caso Boff, mas esteve a apenas um passo. Se a Igreja força um pouco mais a barra, seria essa a questão que eclodiria, e quem iria para o Tribunal seria ela própria. Desse modo ela obteve só meia vitória, difundiu a ameaça, mas não conseguiu a autoridade que reivindicava para enquadrar à sua maneira seus intelectuais. Mas ela voltará, e os meios que utilizará estão nos fatos passados, ainda a serem lidos.

# CEBs

## e Teologia da Libertação (\*)

As relações entre as CEBs e a Teologia da Libertação não são relações de causa e efeito ou de primazia, como entre o ovo e a galinha. São antes relações de fecundação recíproca, em que cada uma mantém sua história própria, mas bebe uma no leite da outra para não se perderem. As CEBs se alimentam das reflexões dos teólogos da libertação para desenvolverem seu discurso; e estes acompanham de perto o desenvolver das CEBs, que experimentam e corrigem suas reflexões.

João Carlos Oliveri

**B**rasil afora, em centenas de comunidades, em dezenas de encontros, estão sendo projetadas as imagens do áudio-visual sobre o 5º Encontro Inter-eclesial realizado em Canindé, em 1983. Comentários os mais variados surgem entre os espectadores, sejam eles lavradores, moradores das periferias urbanas ou agentes de pastoral. Uma das fotos (acima) provoca entre eles reações totalmente diferenciadas. Para o povo, é mais um grupo que se apresenta ao plenário: não há comentários a fazer. Mas os agentes de pastoral logo se agitam: olha lá o Beozzo; olha o Clodovis Boff; esse aí é o Pedrinho... Cada um vai reconhecendo este ou aquele assessor, que já viu em algum encontro, curso ou retiro por aí. Tem até o Jether, testemunha de que “há outros companheiros nesta caminhada”.



Teólogos da libertação presentes nos inter-eclesiais, agentes de pastoral que os apresentam ao povo das CEBs... Comunidades de Base, “Igreja que nasce do povo”, e Teologia da Libertação, “nova forma de se fazer teologia” a partir dos pobres. Quais são as relações mais profundas entre estas duas expressões de vitalidade da Igreja latino-americana, e brasileira em particular?

### Relação de família

As CEBs são filhas da Teologia da Libertação, ou esta é fruto da vida das comunidades de base? É mais fácil considerá-las irmãs; tão parecidas, mesmo que diferentes. Filhas dos mesmos pais. A mãe com um é a Igreja que se renova, por obra do Espírito. O sopro de renovação começa longe, na Eu-

ropa, com os movimentos missionário, litúrgico, bíblico, ecumênico... Na vertente católica, seu momento forte é o Concílio Vaticano II. O que “fecunda” a Igreja, para que dela nasça sempre nova vida, é o caminhar incessante da História, na qual o Espírito está presente. No caso, o que faz surgir de dentro de uma Igreja universal “em renovação” estes novos rebentos latino-americanos, é o movimento popular de libertação. É o povo oprimido que se levanta, que se põe em marcha, que interroga a Igreja, que a faz sair de sua aparente neutralidade.

(\*) *Passo neste artigo uma visão católica, brasileira e do interior...*

João Carlos Oliveri é agente pastoral, membro do Programa Novas Formas de Ser Igreja do CEDI e assessor do IAJES/Andradina.

A Igreja nova que nasce do povo latino-americano crente e oprimido, a Igreja que se organiza a partir dos pobres, a Igreja que cria novas estruturas onde o povo se sinta realmente “em casa”, é a Igreja das Comunidades Eclesiais de Base. A nova reflexão da Igreja sobre a tradicional mensagem cristã, a abordagem da Bíblia e da Tradição do ponto de vista dos oprimidos, a busca da presença de Deus na caminhada de libertação de seu povo, é a Teologia da Libertação.

Em ordem de tempo, surgiram primeiro as comunidades populares, um pouco mais velhas: a prática sempre precede a teoria. E as duas se completam. A prática libertadora, iniciada timidamente em algumas comunidades cristãs populares, exige uma nova leitura da Bíblia, da Tradição e dos documentos do Magistério: uma nova teoria. Por sua vez, a teoria que começa a se esboçar ilumina a prática, a reforça e a ajuda a caminhar. É assim um processo aberto. Alguma coisa que na Igreja tem pouco mais de vinte anos, é apenas um embrião. Mas podemos dizer, mesmo com todas as mediações e inúmeros matizes, que a Teologia da Libertação é a Teologia das CEBs, em dois sentidos: ela parte da prática das CEBs e dela se alimenta a vida dessas comunidades.

### Pontos de encontro

Onde se dá o encontro entre CEBs e Teologia da Libertação? Como se enriquecem mutuamente? Evidentemente, há muitos canais: presença de teólogos da libertação na pastoral direta das CEBs, visitas, encontros, sobretudo a participação comum nas grandes lutas populares, no processo de libertação. Partindo das considerações iniciais sobre os slides de Canindé, dois destes canais ficam mais evidentes: os inter-ecliais e a ação dos chamados “agentes de pastoral”.

Os inter-ecliais, ou outros encontros parecidos, são uma das fontes que podem alimentar os teólogos da libertação em sua reflexão sobre a prática cristã libertadora. Relatórios sempre mais numerosos vindos das bases e o testemunho dos participantes, que por sua vez carregam consigo as experiências ouvidas nos encontros de preparação locais, diocesanos, regionais...: é um material riquíssimo para pesquisar,

sistematizar e interpretar. É a vida da Igreja como “locus theologicum”. Basta lembrar algumas das publicações de Leonardo Boff diretamente ligadas aos inter-ecliais: “Eclesiogênese, as CEBs reinventam a Igreja” (Vitória, 1976); “Características da Igreja encarnada nas classes subalternas - Notas teológicas da Igreja na base” (João Pessoa, 1978). Algumas das melhores coisas de Carlos Mesters (“O futuro de nosso passado”, “A brisa leve, uma nova leitura da Bíblia”, “Flor sem defesa”) também foram escritas por ocasião de inter-ecliais. Acrescentem-se os artigos de Libânio, Beto, Hoornaert, Ferraro, Clodovis, etc.

Na outra direção, da Teologia da Libertação para as CEBs, os principais intermediários parecem ser os “agentes de pastoral”: alguns padres, muitas religiosas e numerosos leigos, que convivem com o povo da base, orientam e acompanham uma ou mais comunidades. São os consumidores mais imediatos da Teologia da Libertação, que a repassam para o povo através de livros populares, panfletos, material para grupos de reflexão, intervenções em encontros, palestras, reuniões, etc.

### Por uma Igreja dos pobres

O que realmente interessa, não são as CEBs, nem a Teologia da Libertação. É o que elas apontam de novidade, como dom do Espírito para o mundo de hoje. Trata-se da Igreja dos Pobres, “Ressureição da verdadeira Igreja”, como foi dito com um termo forte. A nova forma de ser Igreja não são as CEBs; as CEBs são apenas parte (“célula inicial”) da vida da Igreja. Mas é a Igreja toda que há de se transformar a partir dos pobres. Vir a ser uma Igreja não apenas feita prevalentemente de pobres, mas que também assuma concretamente o projeto histórico de libertação dos pobres. Libertação das escravidões concretas (econômicas, políticas, sociais) pois elas são fruto do pecado, e o próprio pecado só pode ser vencido na medida em que, por amor, se assume o processo de libertação, superando assim toda forma de egoísmo. Que os homens tenham pão, água, roupa, casa, saúde e liberdade (Mt. 25), para que possam com alegria “santificar”, abençoar o nome de Deus e viver com os irmãos, filhos do mesmo Pai.

Nesse projeto de Igreja, as CEBs talvez sejam a estrutura básica: a própria Igreja encarnada nas classes populares. Mas haverá outros componentes. Um bispo não pertence necessariamente a uma CEBs, mas pode sem dúvida pertencer à Igreja dos pobres. Dioceses inteiras podem orientar sua caminhada para o processo de libertação. Há ferramentas diferentes, dentro da Igreja, usadas pelas CEBs e por quantos participam da mesma caminhada: CPT e Pastoral Operária, Centros de Defesa dos Direitos e Núcleos de Não Violência Ativa... Cada ferramenta é usada num campo, com fins determinados, com suas próprias estratégias e táticas. A Teologia da Libertação é também uma ferramenta importante, sem dúvida. Mas não é o mais importante. O mais importante, é a Libertação.

### 1º de maio de 1984

Termina em Andradina (SP) um curso sobre o Evangelho de São Mateus para 300 participantes, organizado pelo CESEP, um dos “focos” da Teologia da Libertação. Quatro dias de estudo intenso, de oração, de trabalho em grupos, para domésticas, operários, lavradores, comerciários, membros das CEBs da região. Julio de Santa Ana, Gorgulho, Beozzo, sucedem-se na orientação do curso. É o Evangelho da Justiça dos pobres.

Celebração de encerramento. Aos participantes, juntam-se outros membros das CEBs da cidade. Lida a Palavra de Deus, todos se põem a caminho: mil e duzentas pessoas em romaria. Ponto de chegada: os barracos de 47 famílias de lavradores sem terra, acampados à beira da Rodovia da Integração. Em cima de um caminhão, na celebração da Eucaristia, estão juntos o Beozzo, teólogo da libertação, o Orides, vigário local com jeito caboclo, o René, animador da Pastoral da Terra, o Acácio, lavrador que já lutou pela conquista da Fazenda Primavera; e as foices, as enxadas, as faixas do povo, as ofertas. É a Igreja dos pobres que celebra o Deus libertador, o Deus da Esperança do povo. O mais importante não é a Teologia da Libertação. É a libertação do povo.

Mas só uma teologia pode ajudar no processo de libertação: é a Teologia da Libertação.

**Entrevista com Rubem Alves sobre a Teologia da Libertação, o Santo Ofício, a heresia, a ortodoxia, o poder, o marxismo... Muitas coisas estavam enroscadas na garganta da gente, até que o Rubem Alves chegou e disse... Ler esta entrevista tem também uma função terapêutica, é como se lêssemos aquilo que gostaríamos de dizer e não sabíamos como... E sobrevem um alívio imediato.**

# as ovelhas... os tigres...

**Pergunta: A convocação do frei Leonardo Boff pela Congregação para a Doutrina da Fé pode ser interpretada como repressão, independentemente das conclusões a que chegar após o "debate"?**

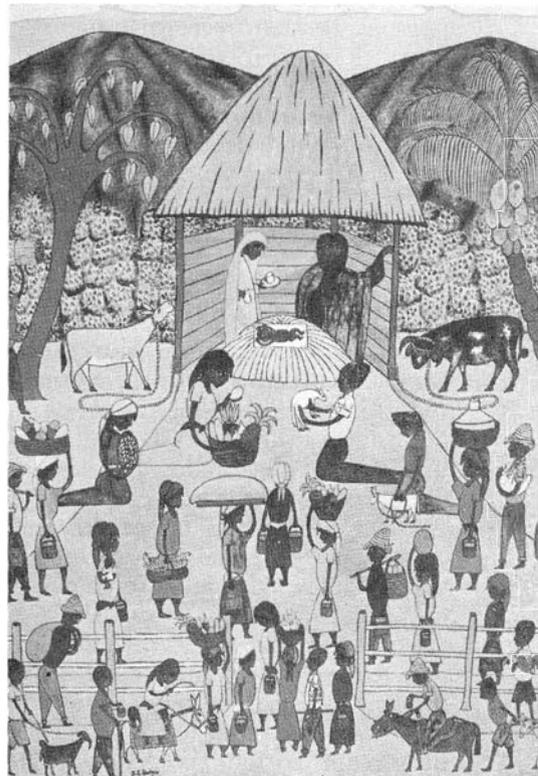
**RA:** O cassetete do policial é sempre repressor, mesmo quando descansa tranqüilamente no seu cinto. A repressão não se encontra só no uso efetivo do instrumento de dor, mas naquilo que ele contém de ameaça. É preciso não esquecer. "Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé" é nome novo para coisa antiga, Santo Ofício, Inquisição, a que compareceram, entre outros, Giordano Bruno e Galileo. Para que não houvesse repressão, o encontro com a Sagrada Congregação teria de ser definido como "diálogo", situação em que ambos os participantes se encontram num mesmo nível de poder, e estão prontos a modificar suas posições. Eu gostaria de ser informado de alguma ocasião em que a referida Congregação mudou as suas idéias. Parece-me que isto nunca ocorreu, porque ela se assenta sobre o pressuposto do seu conhecimento prévio de que é a verdade. Ora, quem está convencido de ser possuidor da verdade, como poderia tolerar opiniões divergentes? Elas só podem ser definidas como erro. Os possuidores da verdade estão condenados a ser inquisidores, e isso vale não só para igrejas, como também para universidades, partidos políticos, jornais e, por que não dizer, a própria casa. O

ato de convocação, assim, já implica repressão. A pessoa convocada tem de se "explicar" perante aquele que convoca — que é a instância de poder. Será esta mesma instância que aceitará ou não as explicações. Seria curioso imaginar o contrário, o Inquisidor se explicando ao interrogado... Além disto, é a Congregação que detém sempre a última palavra. E quem tem a última palavra tem, por isto mesmo, o poder de intimidador. Tem a última palavra aquele que tem o poder para dizer: "O assunto está encerrado". O que está em jogo, em tudo isto, não é a verdade: é o poder. A repressão já está no ar, independentemente do resultado do debate.

**Pergunta: A Teologia da Libertação seria uma heresia? Qual deve ser o verdadeiro sentido da doutrina e em que ela se choca com os fundamentos de igreja?**

**RA:** "Heresia" é um estigma que se lança contra o pensamento do inimigo, como arma para a sua destruição. É um artifício largamente usado nos círculos acadêmicos e políticos. Sob outros nomes, é claro, "conservador", "reacionário", "pequeno-burguês", "humanista-existencialista", "subversivo", "esquerdizante", "sem rigor científico": estes são alguns dos sinônimos do antiquado "heresia", que grupos diferentes usam, a fim de destruir o pensamento diferente do seu. Pensamento diferente, para quem se julga sábio da verdade, só pode ser falsidade...

Quem é herege? Quem perdeu a batalha. O herege é o vencido, o mais fraco. Claro, pois não foi ele que aplicou este nome a si mesmo. Do seu ponto de



O nascimento de Jesus, S.E. Bottex.

**“A graça de Deus nos torna livres para pensarmos as coisas mais insólitas, pois o destino do mundo não depende do que pensamos. Parodiando Agostinho eu diria: Ama a Deus e pensa o que quiseres...”**

vista, verdadeiro é o seu pensamento... Mas ele perdeu... Não tem a última palavra. E o outro, que o derrotou, dono da última palavra, define o perdedor como um centro de irradiação do erro (merecendo portanto ser eliminado), e se define a si mesmo como aquele que possui o monopólio da verdade (merecendo portanto, ser obedecido). Uma das acusações contra Jesus era a de heresia: blasfemou... Quais são as razões por que grupos com pensamentos diferentes devam ser eliminados? A explicação se encontra na política. Idéias distintas marcam projetos distintos. O que não agrada aqueles que estão no poder. Assim, no próprio ato de falar de ortodoxia e de heresia, a Igreja reconhece a existência de grupos com interesses opostos no seu próprio seio. E a convocação à Sagrada Congregação é um momento nesta luta. Hoje os grupos que resistem recebem nomes que vão desde “oposição” até “subversão”. Nos círculos eclesiásticos e políticos ainda permanece encoberta — questão de pudor. E a questão do “pertencer ao grupo que domina” ou “pertencer ao grupo dominado” é então traduzida como ortodoxia e heresia.

As Sagradas Escrituras são um livro de um povo perseguido. Tanto assim que ele escolheu, como seus, os símbolos da fraqueza: o cordeiro, o crucificado, o servo. E existe, através da Bíblia, um acordo tácito de que são os fracos e os derrotados aqueles que vêem, com maior clareza, as coisas de Deus. A estupidez vai crescendo com o crescimento do poder, seja da espada, seja do dinheiro. Junto à força das armas e à força do ouro erguem-se os ídolos, a arrogância. E cresce também uma teologia forte, que oferece aos vitoriosos justificações para as suas vitórias. São estes os que têm o poder para dizer o que é ortodoxia. A ortodoxia é a voz dos tigres. Mas, na tradição cristã, a verdade está mais próxima dos cordeiros, naquela fala que os tigres chamam de heresia.

**Pergunta: Algumas concepções não podem se chocar com os fundamentos da Igreja?**

**RA:** Chocar-se com os fundamentos da Igreja? A Igreja não se fundamenta em idéias. Seria trágico se a sua sobrevivência dependesse da eficiência da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. Segundo a teologia clássica, o fundamento da Igreja é a graça de Deus, que não depende nunca das idéias que possamos ter, mas é livre, generosa, transbordante. E a graça de Deus nos torna livres para pensarmos as coisas mais insólitas, porque sabemos que o destino do mundo não depende daquilo que pensamos. Parodiando Agostinho eu diria: “Ama a Deus e pensa o que quiseres...”

**Pergunta: A Igreja deve ter militância política? Deve ingressar na luta de classes? Isto não a levaria, fatalmente, a ser participe dos conflitos sociais mais agudos?**

**RA:** Há muitas coisas neste mundo de que não gosto. Os tigres são carnívoros, as ovelhas são herbívoras, e os tigres gostam de comer ovelhas... Me dá tristeza ver tanta violência em meio à vida. Gostaria que fosse diferente,

que os tigres comessem capim como as ovelhas, e assim se cumprisse a visão do profeta do Antigo Testamento. Mas, se eu não reconhecer este fato poderia fazer erros terríveis como, por exemplo, colocar um tigre e uma ovelha na mesma jaula... A questão é reconhecer. Será que alguém acredita que os interesses do FMI são os mesmos interesses dos nossos lavradores, favelados e índios? Estes são as ovelhas, o FMI é o tigre. Marx não inventou isto. Ele apenas viu e disse. E não foi o primeiro. Santo Agostinho disse antes. E antes do Santo, as Escrituras Sagradas. E Deus tem um carinho especial pelos oprimidos. Nasce nenezinho, numa estrebaria. E Herodes tenta matá-lo. Será que alguém acreditaria que os interesses de Herodes eram os mesmos interesses do povo judeu? E Deus tem também uma severidade especial para com os poderosos, sejam militares, seja FMI, sejam cúpulas eclesiásticas.

O que significaria não entrar na luta entre tigres e cordeiros? Ficar olhando? Procurar converter os tigres? Dar-lhes conselhos? A Igreja sempre estará no meio das coisas humanas. Ela não pode decidir estar acima da luta entre tigres e ovelhas. Ela só pode optar: ou fica ao lado dos tigres ou fica ao lado das ovelhas... E é evidente que tigre não gosta de quem tenta proteger ovelhas. Não será por isto que a Teologia da Libertação está sendo tão perseguida?



*O teólogo Santo Tomás de Aquino com a Igreja (instituição) numa das mãos e o texto (doutrina) na outra.*

***“Quem quer que pretenda ser detentor da verdade não pode dialogar. Para haver diálogo, é necessário admitir a possibilidade de que o outro tenha a verdade.”***

**Pergunta:** Do Documento de Ratzinger: “A mais radical das escravidões é a escravidão do pecado. As demais formas de escravidão encontram, pois, na escravidão do pecado, a sua razão mais profunda”. Isso vale também para o Terceiro Mundo, onde a Igreja Progressista tende cada vez mais a esquecer o caráter pessoal do pecado para ressaltar o pecado social?

**RA:** Concordo inteiramente com Ratzinger e não conheço teólogo algum da libertação que dele discorde. A questão não é a doutrina. A questão é o uso que se faz dela. Os tigres argumentarão que a questão de se comer ou não carne tem a ver com coisa pessoal e profunda. Os tigres comem ovelhas por serem carnívoros por nascimento. É este o seu pecado original. Equivocam-se portanto — assim argumentam os seus teólogos — as ovelhas que se esquecem das razões mais profundas, e começam a propor currais mais reforçados. Tal procedimento não vai à essência do problema... Se eu fosse ovelha eu diria: Estou inteiramente de acordo. Mas enquanto os tigres não se convertem em vegetarianos, seria possível reforçar a cerca do curral?

Concordo com a doutrina. Também os teólogos da libertação. Aceito a sua verdade. Mas vejo que há um uso da verdade que serve os interesses dos tigres. Com frequência a doutrina do pecado é usada para explicar as razões por que as ovelhas continuam a ser entregues aos tigres. Como se a solução para os problemas humanos do Brasil devesse esperar que os homens do FMI se convertam...

**Pergunta:** O documento de Ratzinger chama a atenção para a impossibilidade de um verdadeiro diálogo com os teólogos da libertação, “no qual o interlocutor seja ouvido e seus argumentos sejam discutidos objetivamente com atenção”. O sr. concorda com isso?

**RA:** Se isto é verdadeiro, então por que chamou Leonardo Boff? Ou ele pretende ter um verdadeiro diálogo com o teólogo brasileiro, e neste caso

sua declaração é falsa, ou não pretende ter diálogo algum. Se não pretende ter um diálogo, por julgá-lo impossível, então as funções da Sagrada Congregação se revelam como puramente inquisitoriais. Se esse for o caso, então a impossibilidade do diálogo é da Sagrada Congregação, e não do teólogo. Parece que a história da Sagrada Congregação sugere que este, precisamente, é o caso. Quem quer que pretenda ser detentor da verdade não pode dialogar. Porque, para haver diálogo, é necessário admitir a possibilidade de que o outro tenha a verdade. Mas será que o Vaticano está disposto a isto? O que está em jogo aqui não é apenas o incidente Boff. É se as outras igrejas do mundo cristão podem acreditar que um verdadeiro diálogo com Roma seja possível. Está em jogo a possibilidade do ecumenismo. Se a Igreja Católica assim trata aqueles que lhe são fiéis, como não tratará aqueles que não lhe prestam lealdade?

**Pergunta:** Quais as distorções que podem ocorrer com o uso do Marxismo como método de análise dos textos sagrados?

**RA:** Lembro-me de T.S.Eliot: “Nosso olhar é submarino. Nossos olhos olham para cima e vêem a luz que se fratura através das águas inquietas”. Há sempre as águas inquietas que se interpõem entre nossos olhos e a luz. Nunca podemos chegar diretamente às Sagradas Escrituras, ainda que elas estejam em nossas mãos. Há tudo aquilo que trago comigo, de forma inconsciente, coisas sedimentadas através da minha vida. O meu passado é sempre o meu método. E dele vêm sempre as distorções. Leio o texto, mas eu me leio nele. Não posso lê-lo sem que o seu próprio pecado pessoal (Ratzinger) esteja envolvido. Uma das contribuições positivas do marxismo à leitura da Bíblia foi chamar a nossa atenção para este fato, lemos a partir do nosso interesse. Se sou rico e forte, com as distorções da riqueza e da força. Se sou pobre e fraco, com os olhos da pobreza e da fraqueza. Quando compreendemos

isto ficamos mais humildes, por perceber que nossas interpretações são sempre interpretações humanas e provisórias. Ninguém pode pretender ter o monopólio da verdade. A verdade pertence a Deus somente... Nós só vemos a luz fraturada... Quem pretende ver a face é porque nada viu... Estamos condenados às distorções. É Paulo que diz: “Agora vemos tudo obscuramente, num espelho mal polido... “Quando a Igreja Católica optou pela filosofia de Aristóteles, ela escolheu para si um espelho mal polido (como todos o são...) Só que Aristóteles estava mais longe do Cristianismo que Marx. Marx, pelo menos, era judeu. Mas há também alguns perigos, como o de se tomar o marxismo como ferramenta de análises: a tentação de reduzir o religioso ao político, de forma assistemática, destruindo assim o mistério de existência humana. E outro perigo, que é menos do marxismo que dos marxistas: eles também sofrem da tentação da filosofia perene, dos absolutos, dos esquematismos, a presunção do monopólio da verdade. Parodiando Kolakowski eu diria que também os grupos políticos têm seus “santos ofícios”... Mas esta tentação de absolutos não é coisa do marxismo só. É expressão daquele pecado fundamental, a que se refere Ratzinger, e que existe tanto lá quanto cá...

**Pergunta:** A teologia da libertação tem futuro?

**RA:** Primeiro, é preciso dizer que tem um passado. Ela representa um jeito de falar sobre Deus, sobre esperanças. E tudo começou com um povo sem terra, nômade, num deserto, que sonhava com uma utopia. O tema da esperança, a transfiguração do mundo, a luta pela justiça, tudo isto nunca cessou de haver. Perguntar se a Teologia da Libertação tem um futuro é o mesmo que perguntar se, no futuro, nós continuaremos a ter esperança, se continuaremos a lutar, se os homens continuarão a orar pelo fim das lanças e das espadas... Os nomes poderão mudar. Eles não importam. Mas onde quer que os pobres e oprimidos continuarem a ter esperança e continuarem a ter coragem para lutar, ali estará vivo o Sopro do qual nasceu esta coisa efêmera que agora se chama Teologia da Libertação...

# A Nova ou a Velha

O tão esperado interrogatório do teólogo franciscano Leonardo Boff por parte da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, representada pessoalmente por seu Prefeito, o Cardeal J. Ratzinger, recebeu forma mais amena do que é habitual. Houve alterações a nível processual, o que permitiu a livre exposição do interpelado e a presença de duas personagens maiores do Episcopado brasileiro em parte da Audiência. O fato foi enfatizado pelo próprio Boff e representa uma ruptura da praxe ordinária sem que a memória dos observadores tenha podido evocar um único precedente que lhe conferisse a qualidade de alternativa para casos especiais. Todavia, nada autoriza pensar que se trate de algo mais do que uma alteração de natureza formal, que se permitiu o Sr. Cardeal Prefeito. Uma vez entregue o Relatório do Teólogo interpelado, o Julgamento do competente Dicastério Romano deverá ter seqüência, tomando por matéria adequada o estrito teor teológico do Documento de Defesa, o qual, necessariamente, remeterá a atenção do Juiz às teses de Eclesiologia da Teologia da Libertação. Na medida em que estas forem julgadas em desacordo com o rigor da Ortodoxia Romana, quer em seus lugares de origem, quer na própria defesa, a expectativa de uma Condenação será confirmada, consoante aquele grau de certeza com que se pode conhecer e prever algo na nebulosa e indecisa esfera do sublunar.

## “não correm mais os dias de Paulo VI”

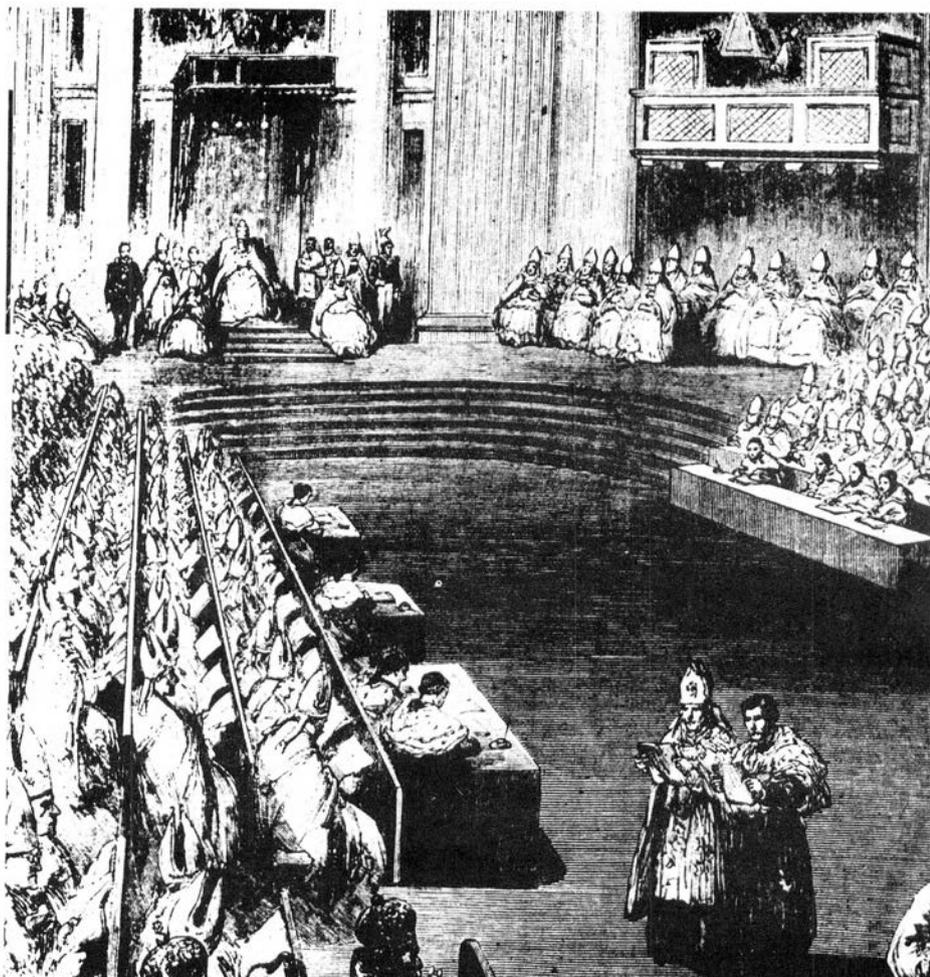
Subsiste, assim, a atualidade do debate em torno da Teologia da Libertação. Cabe, portanto, uma reflexão a respeito do que teria movido a Santa Sé, mais imediatamente a Cúria Romana, a dar à discussão desta corrente do Pensamento e da Prática eclesiástica a forma de instrução de um verdadeiro Processo. Com efeito, advertências pessoais de Prelados, da Cúria ou do

*Qual o significado do interrogatório do teólogo Leonardo Boff pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé? É sintoma de uma nova política de intolerância por parte de Roma ou o retorno à velha política anterior ao Vaticano II? Compreender as mudanças que vive a política do Vaticano hoje, nos seus aspectos mais conjunturais e na sua essência, é a razão deste artigo que atenta para um fato importante: como a Burocracia do Vaticano, que retoma seu poder, não soube partilhar “de uma paciente convivência com a contestação, na firme e teologal Esperança do Triunfo do Espírito”.*

F. Benjamin de Souza Netto

próprio Terceiro Mundo, contestações, ressalvas ou críticas de teólogos, de uma ou outra face do espectro cristão, têm ressoado, com ou sem orquestração, no curso da derradeira década. O próprio Boff, desde a publicação de “Jesus Cristo Libertador”, teve questionadas algumas de suas teses. Salvo erro de informação, arrastou-se, desde

então, um Processo que não chegou a qualquer sentença. Ora, o mesmo não ocorreu quanto às teses contestadas do Livro “Igreja: Carisma e Poder”, uma Coletânea de Ensaios que debatia questões, em princípio, bem menos relevantes, para a Dogmática definida, ao menos enquanto prevalecer a Fé de Nicéia e Constantinopla, Éfeso e Calcedônia.



Gravura da missa de abertura do Concílio Vaticano I na basílica

# Política de Roma?

O que terá determinado que a Igreja de Roma tenha voltado a insistir no rigor da Ortodoxia e da Disciplina? Certamente, não correm mais os dias de Paulo VI. Neles, houve interpelações, mas o debate fluiu mais livre e as pendências se resolveram sem o recurso a Processos tão rigorosamente inquisitoriais. Não é o que ocorre com o teólogo brasileiro, como não foi também o que ocorreu com Hans Küng. Amena ou não, a Audiência ocorreu e, com ela, instaurou-se o Processo. O desenlace deste pode, doravante, ser esperado a qualquer momento, presumindo-se que a sua ocorrência terá lugar em momento no qual as atenções não estejam tão concentradas sobre o fato. Seja como for, os tempos são outros e é como sinal destes que cabe interpretá-lo.

Esta interpretação não pode circunscrever-se ao simplesmente conjuntural.

Antes de tudo, importa considerar que a Igreja Romana, mesmo em dias de mais amplo Diálogo, jamais abdicou de seu caráter hierárquico. Instância que legitima todo o seu Poder com fundamento em sua condição de mediadora de um Saber superior, centrado nas Verdades maiores concernentes à relação Deus-Homem, reconhece Ela a sede de sua Consciência em sua Hierarquia, que reputa fundada na Sucessão Apostólica, mediante a qual lhe advém a Luz que é Fonte de sua competência. Este modo de ver obscurece a relação entre a Hierarquia e a Igreja como um todo e acaba acarretando a sobreposição daquela a esta. Por razões que não cabe aqui considerar e que compete à História detectar e expor à reflexão, esta sobreposição assumiu uma forma institucional, que é a da Igreja Tridentina, longamente gestada durante a

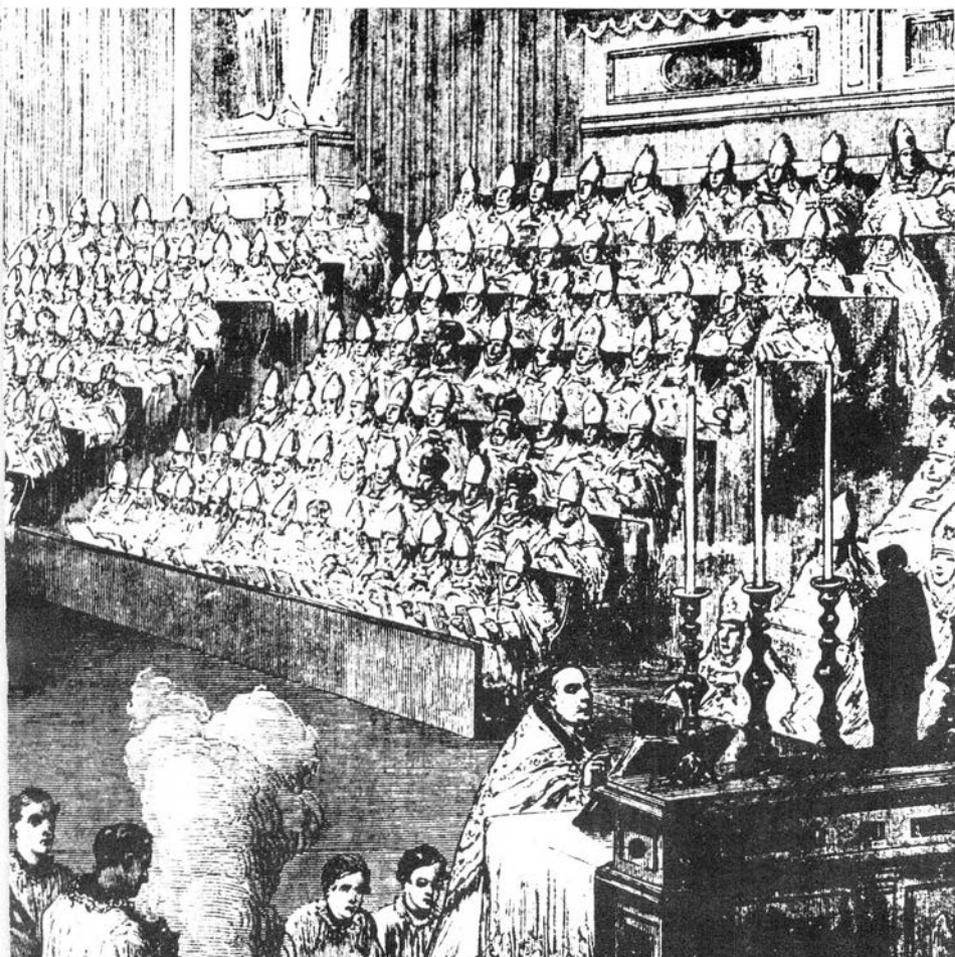
Idade Média, mas dada à Luz apenas face ao desafio da Reforma. É esta Igreja que, em sua Hierarquia, reativa as funções de interpretar, discernir e julgar em matéria doutrinal e moral, funções que permaneceram intactas até o momento, superada a crise atribuída ao Vaticano II.

## “a Igreja Tridentina sobreviveu ao Vaticano II”

Em outros termos, a Igreja Tridentina, consolidada pelo Concílio Vaticano I, sobreviveu ao Vaticano II. Certamente, nos anos que a este se sucederam, precisamente os chamados Anos Montini, foi encaminhada uma Reforma que teve alguma efetividade em matéria de Liturgia, por exemplo. Dessa Reforma fazia parte um certo projeto de descentralização e foi ele que deu ensejo à Consolidação das Conferências episcopais. Estas tiveram as suas atribuições definidas assim como foram também ampliados os âmbitos de competência tanto dos Bispos como da própria Igreja local. Coerentemente com esta “abertura”, concedeu-se um lugar e um tempo ao debate, uma espécie de interím durante o qual as diferenças e contradições inerentes ao Corpo da Igreja emergiram à clara luz do dia. Face a elas e às Críticas e Teologias a que deram lugar, adotou-se uma política disciplinar caracterizada pela prevalência de gestões pessoais. Reiterava-se a competência da Autoridade Hierárquica, mas, mesmo quando uma Advertência formal era feita a este ou aquele eclesiástico, teólogo ou não, não se dava seqüência ao Processo. O clima parece ter sido o de uma firme Esperança: contava-se com os favores da História, cujo cadinho, esperava-se, liberaria o metal superior da pura doutrina, mesmo quando e se nova.

Todavia, não foi só o clima criado pelo Vaticano II, ao qual foi homogênea a política pessoal de Paulo VI, que

F. Benjamin de Souza Netto é monge beneditino, professor de Filosofia da PUC e assessor teológico do CEDI



levou àquilo que respeitáveis setores da Igreja reputaram, no mínimo, um lamentável afrouxamento da disciplina com graves riscos para a Ortodoxia. Foi também e principalmente a emergência de uma séria preocupação com o Social, expressa nos termos da *Gaudium et Spes* e da *Populorum Progressio*. Estimulado o engajamento da Igreja, havia que se contar com tensões e antagonismos, cujas oposições só se resolveriam no curso do tempo, cabendo à Autoridade cultivar o sentido deste, em vista de um discernimento, não só das verdades a serem assimiladas, mas também do momento oportuno de sua assimilação e da concomitante dissimilação de inevitáveis erros e desvios. Ora, neste interím, o que mais direta e constantemente se questionou foi a própria Igreja em suas estruturas, história e compromissos, não sendo poupadas nem a sua Cabeça nem a sua natureza institucional e hierárquica. Questionou-se igualmente a rígida irredutibilidade de sua Dogmática. Mais grave: este questionamento, no sempre mais convulso 3º Mundo, não se limitou a originar uma certa Teologia, mas assumiu a forma de uma certa prática que se propôs um Projeto alternativo de Igreja. É verdade, isto não ocorreu sempre com as mesmas ênfases ou com igual alcance e nem mesmo ocorreu por toda a parte. Mas a resultante das linhas de força que deram forma ao fenômeno e as necessidades por ele reveladas acabaram por ferir susceptibilidades.

Tais susceptibilidades manifestaram-se desde antes do atual Pontificado. As formas institucionais da Igreja e a competência do seu Magistério, dizia-se, eram contestadas e a sua unidade posta em risco, quando não os seus agentes, conscientes uns, inocentes outros, postos a serviço de instâncias e ideologias estranhas. A contaminação marxista passou a ser uma denúncia formulada por setores que não são exatamente os que se identificariam com a TFP. Começou a se insistir na especificidade do compromisso cristão com o social. Concomitantemente, tornaram-se menos eloquentes as propostas ecumênicas. Eleito João Paulo II, após o breve mandato de seu antecessor, tudo isto se acentuou, até assumir formas oficiais como a do Processo que, aqui, se tenta compreender.

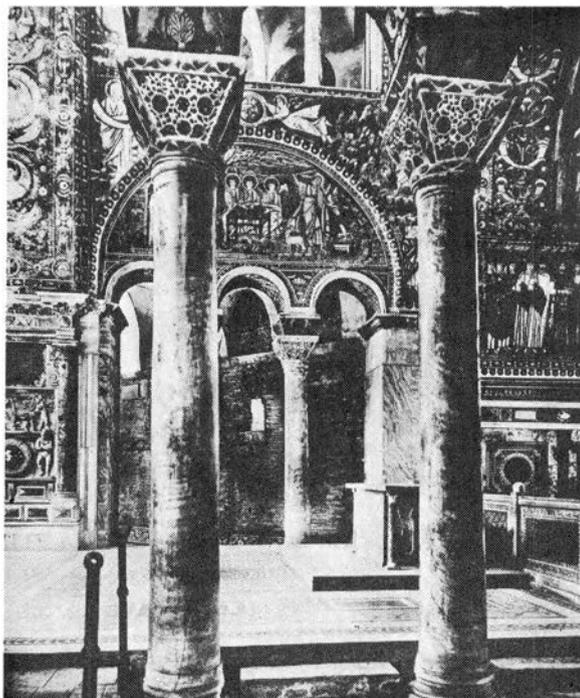
É ainda cedo para se identificar com suficiente rigor que fatores e razões determinam esta alteração nos rumos da Política da Santa Sé. Pode-se alegar, sem dúvida, a experiência de leste do Pontífice. Mas tal fator é apenas uma condição especialmente favorável. Indo mais longe, na direção para a qual aponta, pode-se argüir com razões persuasórias uma recrudescência do velho temor do ainda mais velho Fantasma Comunista. Mas a suficiência deste como força motriz de uma reimplantação do rigor da disciplina não satisfaz às exigências de uma análise que tão somente considere a vigência da Östpölitik. Muito mais do que tudo isto, o que tem maior probabilidade de estar a determinar as atuais gestões dos Dicastérios Romanos pode-se entrever a partir das considerações feitas acima, pressupostos e mesmo premissas do que segue à guisa de conclusão.

### **“a burocracia soube recuperar seu poder e modernizar seu conservadorismo”**

Antes de tudo importa considerar o seguinte: Reforma de respeitável alcance, o Vaticano II deixou intacto todo o essencial nos aparelhos da Cúria Romana. Com isto, pode sobreviver e mesmo incrementar a sua necessidade a Burocracia que a servia. Em verdade, irônica dialética, tornou-se ela tanto mais necessária quanto era volumoso o montante de reformas conciliares a efe-

tuar. No interím para isto necessário, soube ela recuperar o seu poder e modernizar o seu conservadorismo. Representante da plena vigência da Igreja Tridentina, não lhe podem mesmo ser, sequer, toleráveis Teologias como a da Libertação e representações eclesiais como as de certas Comunidades de Base. Esta parece ser a melhor chave para se deslindar os procedimentos da atual política eclesiástica de Roma a partir da natureza de seus agentes. Sem dúvida, pode-se especular a respeito dos compromissos políticos e dos pactos sociais por ela firmados em nome da Igreja; e manda a Lógica, a mais rudimentar, que se conclua estarem eles a ser firmados com as Classes e setores mais autoritários e reacionários do Mosáico internacional. Mas tais pactos só são possíveis, porque há na Igreja vastos setores e verdadeiras instâncias que são conaturais e homogêneos ao que há de mais reacionário e autoritário na Sociedade Civil.

O que se pode inferir do exame possível da situação é que tais setores e instâncias estão no Poder ou dele compartilham em respeitável escala. E, se é justo reconhecer que eles souberam conviver com as “liberalidades” do Pontificado de Paulo VI, é mister reconhecer, com igual justiça, que jamais compartilharam da amena e livre aragem que então soprou sobre a Igreja: a de uma paciente convivência com a contestação, na firme e teologal Esperança do Triunfo do Espírito.



*Colunas da nave central da basílica de S. Vital, em Ravena.*



SACRA CONGREGATIO  
PRO DOCTRINA FIDEI

# Luzes e Sombras no Texto do (Ex) Santo Ofício

Julio de Santa Ana

Publicamos este longo artigo do teólogo Julio de Santa Ana sobre a Instrução da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, referente à Teologia da Libertação, com a intenção de contribuímos para o aprofundamento do debate em torno do assunto. Com fina argúcia e fugindo às posições comuns de apologia ou ataque, Julio de Santa Ana levanta os pontos positivos e negativos desse documento. Avalia o sentido amplo que possui no Evangelho o tema da libertação. E desenvolve, com a agilidade de quem sabe falar ao mesmo tempo como teólogo e cientista social, o problema da mediação das ciências sociais para a teologia.

O Globo publicou na edição de 30 de agosto, em exclusiva primeira mão, o texto completo da Instrução da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, sobre a Teologia da Libertação. O “furo” se antecipou de alguns dias à comunicação oficial do texto que, segundo havia previsto o Vaticano, se fez a 4 de setembro. Anunciada e esperada algum tempo atrás, deu motivos a uma série de comentários que, na grande imprensa, foram considerados como parte de uma polêmica. Entrevistados a respeito do assunto, bispos da Igreja Católica geralmente se manifestaram a favor do documento da Sagrada Congregação.

O Documento é de tal importância que exige uma abordagem tanto mais desapassionada quanto for possível, mas isso não pode significar neutralidade. Embora as polêmicas sejam parte inarredável da existência humana, a clareza de conceitos e de posições nem sempre se alcança através delas. Daí a necessidade de analisar cuidadosamente a Instrução, cuja influência sobre a maneira de fazer teologia e — o que é

muito mais importante — sobre as Comunidades Eclesiais de Base da América Latina virá a ser fundamental.

Há pontos bastante positivos nesse texto: na **Introdução** se reconhece que, assim como a libertação é uma graça de Deus, anunciada pelo Evangelho de Jesus Cristo, assim é “mensagem de liberdade e força de libertação”. Mais adiante afirma que ela é um dos mais importantes “sinais dos tempos” em nossa era. Reconhecendo que libertação é superação das opressões e que entre os mais oprimidos estão os pobres, a Instrução apela explicitamente aos cristãos para que “se empenhem, por amor a seus irmãos deserdados, oprimidos ou perseguidos, na luta pela justiça, pela liberdade e pela dignidade humana” (**Introdução**).

O Documento tem um propósito mais preciso: “quer chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos

---

Julio de Santa Ana é teólogo metodista de origem uruguaia, professor do IMES, secretário-executivo do CESEP e participa da Pastoral Protestante do CEDI.

os fiéis, para os desvios e perigos de desvio prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas da Teologia da Libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista” (Introdução, grifos nossos).

Após reconhecer a importância do desejo de libertação em nosso tempo, a **Introdução** assinala também que tal motivação humana tão profunda, que leva os povos a procurarem a justiça e o reconhecimento da dignidade de cada ser humano, “exige ser esclarecida e orientada” (2/11). Isso leva os autores a distinguirem “teologias da libertação” aceitáveis, o que acontece quando se fundamentam em “uma reflexão teológica centrada no tema bíblico da libertação e da liberdade e na urgência de suas incidências práticas” (3/4). A partir de então a **Introdução** passa a expor concisamente uma série de referências bíblicas, complementadas por outras do magistério eclesiástico católico-romano recente, tentando aclarar o conceito de libertação. Termina o capítulo quinto destacando: “João Paulo II, no discurso de Puebla, lembrou quais são os três pilares sobre os quais deve assentar uma autêntica teologia da libertação: a verdade sobre Jesus Cristo, a verdade sobre a Igreja e a verdade sobre o homem” (5/8).

O texto da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé aponta três grandes críticas às expressões da teologia da libertação que podem ser consideradas não válidas ou prejudiciais à fé e à vida cristã. Em primeiro lugar, o reducionismo da libertação à esfera do social. Em segundo lugar, a aplicação de conceitos marxistas na análise da realidade social, o que deve conduzir, segundo os autores do documento, a uma busca da eficácia histórica a qual deságua, quase que inevitavelmente, na prática da violência. E, em terceiro lugar, a uma exaltação da importância do político, com graves conseqüências para a compreensão da fé: ou seja, a hermenêutica política é privilegiada de maneira exclusiva por aqueles que fazem teologia a partir desta orientação. É bom nos determos e tentarmos analisar essas críticas.



SACRA CONGREGATIO  
PRO DOCTRINA FIDEI

## O alcance da busca da libertação

Temem os redatores da **Instrução** que, pelo esforço de avançar no processo de libertação, os povos lutem pela justiça e pela dignidade humana apelando para orientações ideológicas que terminem sobrepujando aquelas. Então, “a aspiração pela justiça encontra-se muitas vezes prisioneira de ideologias que ocultam e pervertem o seu sentido, propondo à luta dos povos para sua libertação objetivos que se opõem à verdadeira finalidade da vida humana e pregando meios de violência contrários a uma ética que respeite as pessoas” (2/3). O documento não se ocupa de outros meios de opressão que também cometem violência contra os seres humanos, e que tampouco respeitam as pessoas. É de se destacar, por exemplo, que, quando se refere à situação geral imperante na América Latina, indicando a constelação de forças dominantes que oprimem os pobres “em certas regiões”, apenas se mencionem de passagem, “as manobras selvagens de um certo capital estrangeiro”, como se os efeitos que ele provoca não fossem muito mais graves que as expressões populares de violência (cf. 7/12).

A preocupação do Documento da Sagrada Congregação tem um fundamento teológico, em princípio, aceitável: é correto afirmar que a libertação não pode ser limitada ao social. Fundamentalmente, em teologia, libertação significa superar os condicionamentos do pecado que nos impedem de uma relação com Deus em amor, coisa que deve ser manifestada através do relacionamento com o nosso próximo. Como já tinha expressado o apóstolo João: “Se alguém disser: ‘Amo a Deus’ e odiar a seu irmão, é mentiroso; pois aquele que não ama a seu irmão, a quem vê, não pode amar a Deus, a quem não

vê” (1 Jo 4.20). A libertação que o Evangelho proclama é total: alcança a totalidade do ser humano e inclusive o transcende (Ef 1.10), chegando a se prolongar até à plenitude do cosmos. Não obstante, essa libertação que se manifesta numa vida que ama, somente pode ser autêntica quando dito amor se volta para outras pessoas. Isto significa que a libertação integral do ser humano se expressa — entre outras coisas — **também** através da libertação social.

Da mesma forma que a libertação cultural se deve expressar em seu nível específico, que a libertação de dependências pessoais tem que se manifestar no plano psicológico, que a libertação econômica exige a superação dos vínculos de escravidão que existem entre povos, nações e grupos de poder, a libertação social e política tem que tomar forma em seu próprio campo. Significa isso que, quando as comunidades de crenças procuram traduzir a libertação evangélica para o plano social, devem fazê-lo respeitando profundamente as suas características e prerrogativas.

A América Latina experimenta uma situação de indigência e de opressão generalizadas. Ao tentar compreender teologicamente essa experiência, torna-se possível falar com toda a propriedade de “uma clara expressão social do pecado”. É isto que fazem os teólogos da libertação. Em nosso contexto, se pretendemos que a mensagem libertadora do Evangelho seja compreendida, **necessariamente** ela não deve se limitar a palavras. O nível da vida no qual se fará perceptível a mensagem para aqueles que vivem em opressão é acima de tudo o da sociedade. Isso não significa dizer que não haja necessidade de outras mediações a fim de que se manifeste a libertação. Claro que há! Mas a prioritária está no nível do social.

O problema que está em jogo (é estranho que a Sagrada Congregação aparentemente não haja percebido) não é o da correta doutrina, e sim o da **evangelização**. Com efeito, quando se estuda a realidade latino-americana, percebe-se que os mais pobres são os indígenas e os negros. Quer dizer, os grupos que foram submetidos à maior exploração e à escravidão durante a

maior parte da história desta região, a partir da conquista e da colonização ibéricas. Na memória social de tais povos o Evangelho não foi uma “boa nova”, foi antes algo que os marcou de dor, sofrimento e tragédia. No momento em que uma consciência cheia de esperança na libertação começa a surgir (o que, para eles, insistimos, é, acima de tudo, social), o texto da **Instrução** limita essas expectativas. Animamo-nos a dizer que é um texto cas-trador.

O documento aponta para uma série de referências bíblicas bem selecionadas. Cabe ressaltar que essas referências dizem respeito a testemunhos da lembrança da fé e do povo de Deus e indicam momentos de libertação: de estruturas opressoras (a lei mosaica), da injustiça social (os profetas), da escravidão no Egito (êxodo) etc. Certamente é um erro limitar o pecado somente ao social (como parece apresentar a crítica de 4/14). Porém é também uma falta de discernimento apropriado deixar de ver que todos esses textos levam o povo a ter esperança, a buscar a sua libertação, porque se fundamentaram em  **fatos sociais**. A crítica ao reducionismo social da libertação (e consequentemente do pecado), por parte daquelas correntes da Teologia da Libertação que o Documento considera desviadas e carregadas de riscos de desvios, não está suficientemente caracterizada. É uma grande fraqueza da **Instrução**.



SACRA CONGREGATIO  
PRO DOCTRINA FIDEI

## O problema da mediação das ciências sociais

A mencionada falta de finura no texto que comentamos se torna mais patente quando chegamos à seção mais crítica e virulenta: entre os capítulos 7 e 9, o Documento se transforma numa

clara diatribe. Custa-nos imaginar contra quem!

Com efeito, embora seja verdade que muitos teólogos da libertação se caracterizam por cuidadosas análises da situação social dos povos latino-americanos, para o que se apóiam no vasto material que as ciências sociais oferecem (instrumentos esses que, em muitos casos, são alimentados pelo pensamento de Marx ou daqueles que foram e/ou são discípulos deste), é necessário também acrescentar que o uso de tais instrumentos nunca é dogmático mas sim crítico. E isto escapa aos redatores do texto.

No capítulo oitavo da **Instrução** lê-se: (para os teólogos da libertação que criam riscos de desvios e que prejudicam a fé) “A lei fundamental da História, que é a lei da luta de classes, implica que a sociedade esteja fundada sobre a violência” (8/6). Pouco mais adiante se acrescenta: “A luta de classes é pois apresentada como uma lei objetiva e necessária” (8/7). Que a luta de classes é um fato incontestável na história ninguém o pode negar. O conceito é anterior a Marx: demonstra acontecimentos que (gostem ou não) **existem**, e nos quais  **todos** os seres humanos nos achamos envolvidos. O fato não muda porque se lhe dê outro nome: embora se fale de “conflito social agudo” (7/8), ou a ele se faça referência com outras palavras, a realidade não muda. O rigor científico com que o pesquisador deve aproximar-se da realidade exige o reconhecimento dos fatos. Estes não deixam de ser o que são por não se aceitar a sua realidade.

A luta de classes se repete na história.  **Porém não é a lei fundamental da história. Menos ainda pode ser considerada como o motor da história.** Para qualquer teólogo cristão, é o Espírito Santo que está dinamizando o processo composto de grandezas, tragédias e acontecimentos humanos banais na direção do Reino de Deus. É certo que a  **história** é uma noção central para a teologia da libertação. E é central porque é também central para o Evangelho: “E o Verbo se fez carne.” (Jo. 114) Ou estará pretendendo agora a Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé ignorar a centralidade da encarna-

ção de Deus, da humanidade de Deus, para  **toda** a teologia cristã?

O fato de que o conceito “luta de classes” seja tão importante para o pensamento marxista não impediu que dele se servissem outros sociólogos. Entre outros, nada menos que Marx Weber, um dos mais sérios críticos do pensamento histórico-materialista. Isso não condicionou nem aprisionou o autor de  **Economia e Sociedade** dentro dos moldes marxistas. A “concepção totalizante” do marxismo não foi obstáculo para que Weber aplicasse tal conceito (referindo-se aos fatos sociais, históricos, precisos) em suas investigações com toda a liberdade. Por que, então, os teólogos da libertação não podem fazê-lo?

A questão do uso do instrumental marxista no processo de fazer teologia não se deve esgotar com a discussão sobre se devemos ou não utilizar o conceito a que vínhamos aludindo, particularmente referido pelo texto da **Instrução**. A questão é mais complexa. Se, de acordo com o Documento que estamos estudando, a aspiração à libertação é válida; se, também, ela se manifesta especialmente entre os pobres e oprimidos; então devemos atentar cuidadosamente para a maneira como tais grupos sociais dirigem a sua própria ação com o fim de concretizá-la. Uma vez mais, gostem ou não, é fato que, em muitos sentidos a ação desses grupos sociais está articulada  **também** (não unicamente) por conceitos e idéias que o marxismo tem usado. Significa então que o teólogo deva opor-se ao povo? Como lutar pela libertação, se vamos agir contradizendo o sujeito histórico que aspira a ela e se debate por ela?

Isto não quer dizer que a função do teólogo é de acompanhar acriticamente os movimentos populares que lutam pela justiça e por uma vida humana mais plena (que começa com a satisfação das necessidades básicas). O teólogo é chamado a acompanhar o povo a partir de uma perspectiva que tem presente, a todo instante, o conteúdo da fé, a memória dos grandes feitos de Deus na história. A partir de tal ponto de vista, o teólogo pode aprofundar as visões do povo, chamar a atenção para

aspectos que não sejam levados em conta suficientemente, colocar perguntas que motivem uma reflexão mais profunda quanto ao significado de libertação. É também chamado a animar o povo em tal processo. Torna-se, porém, difícil compreender como é que alguém pode falar de libertação aos libertadores e venha a constituir-se censor e tutor. É verdade que a história demonstra que os processos de libertação não são unívocos. São fruto da prática histórica dos povos. A teologia é convocada a acompanhá-los, interpretando-os. Para tanto, a análise social, em que os conceitos marxistas são inevitáveis, é uma necessidade.

Uma contribuição da teologia que se está fazendo na América Latina consiste em apelar para a mediação das ciências sociais a fim de tentar responder aos grandes desafios teológicos que se colocam para as nossas Igrejas. Servir-se de conceitos marxistas, desenvolver, inclusive, um pensamento dialético, não desvirtua a teologia de seu caráter cristão. Essa postura teológica parte dos fatos tais como se produzem. Não tenta submetê-los a um "dever ser" abstrato, irreal, ideal. O idealismo fez muito mal ao pensamento cristão. Não basta dizer ou indicar "a Igreja **deve ser**" de tal ou qual maneira. Para refletir sobre ela, temos que partir do que ela é, através de suas múltiplas manifestações. Frente a uma tal realidade concreta é preciso referir-se ao que o testemunho bíblico e o desenvolvimento do pensamento teológico têm mostrado sobre aquilo que significa ser Igreja. À luz destes dados, a Igreja real é chamada a refletir sobre a sua vida e a sua missão, a reformar-se e a renovar-se continuamente. Como têm proclamado tanto as Igrejas oriundas da Reforma, como o documento **Lumen Gentium** do Concílio Vaticano II, é dessa forma que se entra num processo que caracteriza a **Ecclesia Reformata, semper reformanda**. Isto não significa (como diz explicitamente o texto da **Instrução**, dv. 9/8 ss.) que a Teologia da Libertação **somente** conceba a Igreja "como uma realidade dentro da história". Claro que é uma realidade histórica! E, por tanto, condicionada por fatores históricos. Mas (e sobre es-

te ponto ninguém pode afirmar o contrário), a Igreja também é percebida como uma **realidade sacramental**. Tanto Gustavo Gutierrez, quanto Leonardo Boff, quanto José Miguez Bonino, quanto todos os demais teólogos da libertação afirmam isto. Infelizmente, o Documento da Sagrada Congregação não o reconhece.



SACRA CONGREGATIO  
PRO DOCTRINA FIDEI

### A chave hermenêutica

Novamente os autores do Documento cometem equívoco ao definirem a hermenêutica desenvolvida pela teologia da libertação como "política". Quem falou em tempos próximos sobre esse tipo de hermenêutica foram os teólogos europeus, a começar por Jurgen Moltmann. É certo que a chave da interpretação para alguns setores da teologia européia contemporânea e para a teologia latino-americana, foi, por algum tempo, o texto do livro do **Êxodo** que dá testemunho da libertação de Israel do jugo opressor dos egípcios. Porém, a maneira de enfrentar o texto era diferente. No caso da teologia européia da esperança, a gesta de libertação de Israel foi transformada numa **categoria histórica**. Isto é, numa abstração. No caso da Teologia da Libertação, recorria-se ao texto de Êxodo porque, na experiência da fé das comunidades cristãs na América Latina se percebia uma profunda **empathia** entre a memória desses acontecimentos e aqueles que, em nosso tempo, despertavam esperanças em meio ao sofrimento dos povos latino-americanos. E quem fala de povos latino-americanos, fala de povos fundamentalmente pobres.

Para a teologia da libertação, a hermenêutica não é "política" em primeiro plano. No seu ponto de partida, co-

mo chave de interpretação, estão os pobres. Pode ser que no desenvolvimento do processo hermenêutico se chegue a posições políticas. Isto, porém, não é nem um **a priori**, nem uma fatalidade.

Assim sendo, quando os pobres constituem a chave da leitura do texto e da realidade (porque são interpretadas a partir de sua própria situação, levando em conta suas vivências, suas esperanças, suas lutas, seus sofrimentos, suas carências... Coisa que levou à descoberta de que a Bíblia é um **livro dos pobres**), o segredo para a compreensão do texto não é político, **mas cristológico**. De fato, os pobres são os herdeiros do Reino prometido por Jesus Cristo. Porém, são também aqueles entre os quais a sua presença se dá sacramentalmente, misteriosamente.

Nos livros de Carlos Masters, de Fr. Gilberto Gorgulho, de Pablo Richards, de Jorge Pixley, de Ana Flora Anderson (para citar apenas alguns que dão orientações hermenêuticas à Teologia da Libertação), não se encontra a mencionada "hermenêutica política", mas a constante referência ao povo. Um povo que sente a sua fé confirmada (e não desviada) por esses trabalhos. Um povo que se reconhece animado para seguir adiante na sua caminhada para o Reino. Lamentavelmente, parece que esse tipo de contribuição ao pensamento teológico sequer foi levado em conta quando foi redigido o Documento.

Na **Introdução** ao texto da Sagrada Congregação se anuncia que vai ser formulado um novo documento o qual considerará de maneira positiva esse imenso tema da liberdade cristã e de libertação. É a nossa esperança que a sua redação dê sinais de uma ponderação mais serena e cabal da Teologia da Libertação. Isto implica não somente considerar os livros e artigos publicados, como, **acima de tudo**, as expressões eclesiais que alimentam tal reflexão. O que primordialmente está em jogo não são as idéias. Estas não surgem do nada. Vêm dessa experiência ímpar em nosso tempo: o surgimento da Igreja dos pobres.

# AS LIGAÇÕES ROMA-WASHINGTON



## Newton Carlos

Nos últimos quatro anos, Reagan falou pelo menos cinco vezes e “seriamente” em Armageddon. A compilação foi feita pelo jornalista Ronnie Dugger num trabalho intitulado “Reagan’s Apocalypse Now”. Armageddon é uma expressão bíblica, o lugar onde será travada a batalha final entre as forças do bem e as forças do mal. Para o reverendo James Falwell, da “Moral Majority”, amigo e confidente de Reagan, essa batalha será a destruição de União Soviética numa guerra atômica.

Reagan “concorda comigo”, diz Falwell. O próprio Reagan já chamou a União Soviética de império do mal. A última convenção do partido Republicano, na qual Reagan foi coroado candidato à reeleição, foi um festival de fundamentalismo religioso, que é a espinha dorsal da cruzada de Reagan, ele

próprio convencido de que é enviado de Deus para acabar com o comunismo na terra. O presidente norte-americano não se contenta com as legiões do tipo “Moral Majority”. Quer aliciar a Igreja católica, vê no Papa um aliado importante para a sua cruzada anticomunista.

### Reagan e o Vaticano

Reagan normalizou as relações dos Estados Unidos com o Vaticano, interrompidas formalmente desde 1919. O Papa colocou à frente do arcebispado de Nova York, o de maior peso nos Estados Unidos, um ex-capelão militar com passagem pelo Vietnã. É quem ativa a campanha “religiosa” contra Geraldine Ferraro, candidata a vice na chapa democrata de oposição. A senhora Ferraro é estigmatizada por dar

às mulheres o direito de optar ou não pelo aborto. Como boa católica, ela é contra. Como democrata se recusa a decidir pelas demais.

O embaixador-itinerante de Reagan, general Vernon Walters, já foi mandado ao Vaticano exercitar suas habilidades de articulador encapuçado de grandes jogadas. Seu chefe encarregou-o de tentar mobilizar o Papa contra a pastoral desarmamentista da Igreja norte-americana. Um direitista da notória família Buckley, o de nome James, recebeu o encargo de agradecer ao Vaticano e aos religiosos norte-americanos de modo geral dizendo, na conferência mun-

---

Newton Carlos é jornalista especializado em assuntos internacionais, da Rede Bandeirantes de Televisão e da Folha de São Paulo.

dial sobre demografia, que os Estados Unidos deixariam de dar dinheiro a programas de controle de natalidade que incluam abortos.

Pílula pode. Idem outras engenhocas. Não se trata de julgar o aborto, mas de constatar duas coisas: a grande dosagem de oportunismo político em questão muito delicada e a imposição de controle prévio em programas de outros. O "Washington Post" registra que isso era inédito. O mesmo tipo de política de enquadramento munícia a guerra do governo Reagan contra o sistema das Nações Unidas. Reagan quer que a UNESCO deixe de ser "terceiro-mundista", que o PNUD (programa da ONU para o desenvolvimento) promova o modelo econômico de livre mercado, que a UNCTAD pare de lutar por uma nova ordem econômica internacional e assim por diante. Caso contrário, os dólares secam.

Um outro Buckley, de nome William, saúda na "National Review" as mudanças que o Papa fez na hierarquia da Igreja norte-americana. Num comício em Nova Jersey, o próprio Reagan acusou os candidatos de oposição de ignorarem "o testemunho pessoal de Sua Santidade o Papa sobre as barbaridades praticadas pelos sandinistas". Aqui está o eixo da grande aliança desejada. A chamada Igreja popular centro-americana ameaça a Igreja como instituição e a hegemonia da Cúria Romana. É também ameaça à hegemonia dos Estados Unidos na região. Por que não juntar forças no combate a ela, juntar poder religioso e poder militar? Não é de agora que Reagan e os seus pensam nisso.

#### **A ameaça da opção pelos pobres**

O primeiro a perceber a partir de Washington o significado das transformações da Igreja latino-americana e



*“A política exterior dos Estados Unidos deve começar a enfrentar de fato a Teologia da Libertação”*

de Rockefeller em seu relatório: começa a ser quebrado o tripé (oligarquias, militares e Igreja) que garantia a estabilidade no continente. A Igreja deserta.

A guerra centro-americana reacendeu a questão. “A política exterior dos Estados Unidos deve começar a enfrentar de fato a teologia da libertação”, diz o documento de Santa Fé redigido quando Reagan era candidato por ideólogos cuja influência pode ser avaliada pelo que recomendaram e o que faz Reagan. Partiu deles a idéia de “impor o modelo democrático” incorporada à plataforma da fundação criada por Reagan para a “promoção da democracia no mundo”. Todos sabemos o que foi o IBAD. Também deles partiu a idéia de montar uma potente rádio com transmissores na Flórida apontados para Cuba. É deles a sentença de que “a distensão é morte” e “é a guerra e não a paz que rege as relações internacionais”. E distensão já era.

O documento de Santa Fé escreve textualmente que “o papel da Igreja na América Latina é vital para o conceito de liberdade política”, mas “lamentavelmente forças marxistas-leninistas têm utilizado a Igreja como arma política contra a propriedade privada e o sistema capitalista de produção, infiltrando a comunidade religiosa com idéias mais comunistas do que cristãs”. Pau na Igreja popular, pau na teologia da libertação. A ajuda do Vaticano é presente dos céus aos eleitos para acabar com o mal sobre a terra. Repetindo os ideólogos de Santa Fé, o chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, general Paul Gorman, pró-consul de Reagan na América Central, proclama que a teologia da libertação ameaça a segurança nacional dos Estados Unidos. Mais não disse porque seria puxar demais pela cabeça.

sua incidência na estratégia de dominação dos Estados Unidos foi Nelson Rockefeller. Eleito vice com Nixon, foi mandado em missão à América Latina. A “opção pelos pobres” de Medellín já estava em seu terceiro ano e sob fogo cerrado do Vaticano, por meio do Comitê Episcopal Latino-Americano (CELAM). Padres tornavam-se guerrilheiros, surgiam os “cristãos para o socialismo” e se multiplicavam as comunicações eclesiais de base. Advertência



# UM ANO DEPOIS

Aloizio Mercadante Oliva

**A** Central Única dos Trabalhadores realizou seu 1º Congresso Nacional — I CONCURT —, nos dias 24, 25 e 26 de agosto, em São Bernardo do Campo, um ano após sua fundação. Participaram 937 entidades sindicais, representadas por 5.260 delegados eleitos em suas respectivas assembléias de categoria e vindos de todos os estados do país.

## Duas ou três centrais sindicais

O Congresso demonstrou que a CUT é um fato político irreversível e que o setor do movimento sindical comprometido com o seu processo de construção não tem mais ilusão com relação a uma possível "reunificação" em torno de uma única Central Sindical.

As grandes greves operárias iniciadas em 12 de maio de 1978, recolocaram na ordem do dia do movimento sindical a necessidade de uma Central Sindical Nacional, mas que só ficou definida na 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, na Praia Gran-

de, em 1981. No entanto, o avanço das lutas foi explicitando posições e aprofundando as divergências políticas no interior do movimento, e acabou separando as diversas tendências e propostas sindicais em dois grandes campos políticos e ideológicos.

Essa separação expressa divergências de ordem estratégica, de concepção de democracia, de perspectiva para a sociedade brasileira e para a classe trabalhadora, e, principalmente, desemboca em práticas concretas qualitativamente diferenciadas.

De um lado, há uma parcela do movimento sindical que não participou da construção da CUT, que é contrária à criação imediata de uma Central Sindical, e que está representada pela CONCLAT (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), que se pretende apenas uma articulação sindical nacional e tem em Joaquim dos Santos Andrade sua maior liderança. Esta articulação possui uma composição política bastante heterogênea. É formada por

pelegos históricos, que se encastelaram na estrutura sindical com as intervenções sindicais de 1964 e que conseguiram manter o controle dos aparelhos, apoiados e aliados à algumas tendências políticas e ideológicas como o PCB, PC do B e o MR 8. A CONCLAT está relativamente imobilizada enquanto articulação nacional. Atravessa um período de agravamento de suas tensões internas, principalmente porque alguns dirigentes liderados por Argeu Egidio dos Santos, da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, estão propondo a criação da CGT, na tentativa de aglutinar os dirigentes mais conservadores, rompendo a aliança com as tendências políticas de "esquerda" e mesmo não contando com apoio de "Joaquinzão".

---

Aloizio Mercadante Oliva é Chefe do Departamento de Economia da PUC/SP e assessor do CEDI no Programa Igrejas e Movimento Operário.

Em meio a esta crise interna da CONCLAT, a CUT realiza seu congresso Nacional comemorando importantes vitórias nas disputas eleitorais. Neste ano, a CUT venceu eleições para os sindicatos metalúrgicos de Volta Redonda, Campinas, Belo Horizonte e Contagem, Limeira, Sorocaba, Itu, e reconquistou o sindicato dos Jornalistas de São Paulo, entre outros resultados surpreendentes.

### Os desafios para a CUT

O Congresso permitiu uma avaliação mais profunda do processo de construção da CUT, que já conta com a formação de CUTs em 13 estados e 26 regiões do país. Porém, a CUT não é ainda uma entidade de massas, não conseguiu encaminhar os principais pontos dos planos de lutas definidos no Congresso anterior e sofreu um processo de desgaste político com as tentativas de liderar greves nacionais que acabaram desmarcadas. O grande desafio da CUT está na capacidade de unificação das lutas nacionais. A crise aprofunda a universalização dos interesses da classe trabalhadora, as grandes questões como o desemprego, a política salarial e a estrutura sindical são comuns e estão presentes de forma dramática em todas as categorias trabalhistas do país, e só poderão ser enfrentadas de forma mais eficaz a partir de lutas gerais. No entanto, há uma profunda heterogeneidade ao nível das próprias relações e condições de trabalho e um processo extremamente desigual de organização, acúmulos de recursos e consciência política entre as diversas regiões e categorias trabalhistas. Grande parte das entidades sindicais ainda estão sob o controle de lideranças descomprometidas com as lutas e com os interesses de suas bases. O imediatismo e um certo voluntarismo político que marcou este primeiro ano de atuação da CUT foi pouco eficaz, ainda que tenha contribuído para uma redefinição das prioridades políticas.

### Pra viver melhor...

O processo de preparação do I CON-CUT foi bastante precário, poucas teses foram discutidas e apresentadas com uma certa antecedência, uma parte significativa dos delegados não tiveram uma discussão política satisfatória. Algumas tendências políticas continuam com uma prática de intervenções políticas viciadas, que não expressam um trabalho de base e uma vivên-



Visão geral da plenária

cia no interior das fábricas e que, portanto, acabam contribuindo pouco para o avanço do movimento. No entanto, estas debilidades visíveis do Congresso não impediram definições importantes. Além do posicionamento esperado em relação às eleições diretas, à necessidade de reativação da campanha das Diretas Já, de repúdio ao processo eleitoral e às candidaturas em curso, o grande avanço político esteve no campo sindical propriamente dito. A CUT está preparando o lançamento de uma **Campanha Nacional de Lutas "Para viver melhor"**, em torno de quatro grandes bandeiras:

1. Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores;
2. Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução dos salários;
3. salário-desemprego;
4. e reajustes trimestrais de salários.

Os trabalhadores do campo foram o grande destaque do Congresso, eram 1.590 delegados que tiveram uma excelente atuação, conquistando espaços importantes nas discussões e na composição da nova direção nacional. A questão agrária ganhou força entre as lideranças urbanas, especialmente pelas condições de luta no campo. Apenas neste ano foram assassinados 117 trabalhadores rurais e, depois do Congresso, também impunemente, mais dois dirigentes sindicais vinculados à CUT, Sebastião da Paz, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruaçu-Goiás, e Raimundo Nonato Alves, do Sindicato Rural de Santa Luzia-Maranhão. A luta pela reforma agrária, especialmente com o crescimento das ocupações de terra e com o fortale-

cimento do sindicalismo rural será um dos grandes objetivos da CUT. Esta luta está sendo entendida como parte da luta contra o desemprego, que é a grande questão dos trabalhadores urbanos que, por outro lado, estão encontrando na campanha pela redução da jornada de trabalho a forma mais efetiva do movimento sindical lutar contra o desemprego. A situação econômica do país, com 11 milhões de trabalhadores desempregados, deverá colocar esta questão como prioritária, especialmente nas grandes cidades.

Mesmo que a economia volte a crescer a 5% ao ano, apenas em 1993 o nível de emprego atingirá a situação de 1980. Portanto, o desemprego estará presente no movimento sindical, não só pelos efeitos arrasadores da recessão prolongada, mas também pelo processo de robotização e automação que esta nova onda de modernização tecnológica da indústria anuncia.

A CUT pretende ainda deflagrar um processo de discussões nas entidades sindicais que permita a elaboração de uma nova **proposta de estrutura sindical** e um **código mínimo de trabalho** que poderão ser instrumentos importantes de luta em um eventual reordenamento institucional do país. Para finalizar, esta campanha de lutas "Para viver melhor", reflete uma mudança de qualidade nas intervenções da CUT, expressa uma análise mais consciente e elaborada da realidade brasileira e aponta novos caminhos para o processo de unificação dos interesses e das lutas, demonstrando que a CUT representa, de fato, uma nova perspectiva de atuação e organização sindical da classe trabalhadora.

*O Brandão foi para Congonhas do Campo e não se contentou em apenas fotografar, congelar a partir de um ângulo, na película violentada, o gesto vivo dos Profetas. As imagens não foram suficientes, tinha que falar, saber sobre aqueles gestos, de onde vinham? Para onde apontavam?*

*Tomou então o caminho dos versos, que é a senda por onde se faz pergunta às perguntas e o que ficou morto nas fotos recobra ânimo, volta a pulsar.*

# Os P(r)o(f)etas

**Carlos Rodrigues Brandão**

*para Pedro Casaldáglia  
profeta, poeta, irmão*

## JEREMIAS

*trago entre as mãos somente  
esta sete palavras:  
três eu disse e outras quatro  
eu calo, e me invento.*

*trago em mim amarrado  
um gesto de quem sempre  
ao olhar sobre a cidade  
pudesse ver o vento.*

*o gesto de quem — livre  
sempre pode envolver  
as duas mãos nos bolsos  
e enchê-las com sementes,*

*vocação temerária  
de profeta, de poesia  
de baixar as mãos mortas  
e erguê-las depois, vivas*

*carregadas de uma força  
que pese contra o rei  
e invente, com o povo:  
o trigo, a vinha, a grei.*

## AMÓS

*muitas coisas há para aprender  
mas eu não vim aqui para ensinar,  
carrego comigo amarrada ao cinto  
a fúria de acender o grito  
e mais a vontade de gritar.*

*procuro a palavra perdida na rua:  
a palavra suja e amassada.  
aquela que sua do trabalho duro  
de plantar na praça e colher diário  
a verdade que o povo contando semeasse  
e aprendesse ao cantar, que dizia o difícil  
exercício imenso do imaginário.*

*procuro a palavra criada com a luta  
porque a fala fácil do poema inútil  
possui como o rico, o reino e o deserto,  
o poder profano de tecer a trama  
com que seca a flor e se trai o verso.*

## JOEL

*pensei que de noite  
pudesse ouvir o homem.  
o seu pecado e o fértil  
poder dos seus nomes.*

*mas aprendi depressa  
que de noite ele sonha.  
de dia é quando inventa  
o de que se envergonha.  
o que faz entre a noite  
na cama, após a mesa,  
é o que mais Deus perdoa  
e às vezes recomenda.*

*de dia é quando rei  
cobra do povo o imposto  
do ato de oprimi-lo  
do alto de seu posto.  
de dia é quando pensa  
a alquimia do lucro,  
é quando senta e soma  
a conta de seus juros.*

*de dia é quando sopra  
o mal sobre a cidade  
e reina nela, solto,  
entre o banco e o mercado.*

*de dia é que ele peca  
quando solta o seu gado  
no campo de onde expulsa  
o homem e seu arado.*

## DANIEL

*não foi o milagre  
o fogo não queimar.  
foi milagre essa gente  
na fogueira cantar.*

## NAUM

*essa gente tropeira  
e saltimbanca  
pensa que Deus  
se escuta num fragor.  
Ontem eu vi. ele  
passou no vento  
que não moveu uma palha,  
uma flor.*

## AGEU

*proferia palavras  
que ninguém prefere:  
assim como pedra,  
quando se pensa flor;  
assim como certo,  
quando se pensa fácil;  
assim como luta,  
quando se pensa amor.*

## ISAIAS

*o poeta profetiza o mundo  
e o profeta poetiza o povo.  
mas o que são o poeta e a profecia?  
e o que são o profeta e a poesia?  
são as facas mais acesas da verdade,  
falas antigas que recriam o novo,  
invenções do grito contra a farça:  
contra a falácia do falso.  
contra o risco  
da cizânia do gosto da mordação.*

*o rei dorme, o povo pena, o juiz olvida.  
mas o profeta — pastor — poeta atento  
à fugidia perda da memória  
berra na noite ao pobre e berra ao vento  
contra a ameaça de morrer no fácil  
pecado de esquecer a luta e a história.*



FOTO: Jorge Cabral Gayo

## SOFONIAS

*penso treze vezes quando falo  
sobre as coisas sagradas e seu Deus:  
homem, arado, colheita, pão, amor,  
a comida na mesa do pobre e a mão  
na testa coberta de suor.  
pequenas coisas simples  
por onde ele passeia  
esquecido do Céu, sua grandeza.  
coisas que são sinais, memórias  
traços de menino sobre a areia,  
maneiras de o povo renascer  
de seu trabalho: um deus melhor.*

## JONAS

*ele fez a viagem.  
habitante do incrível  
de dentro do peixe  
descobriu seu grito.*

*de dentro do escuro  
descobriu o claro  
que escondia fundo,  
no seu verso raro.*

## MIQUÉLAS

*tristeza,  
essas flores  
más nascidas  
já semeiam  
uma colônia  
de razões  
perdidas.*

## ZACARIAS

*queimaram os campos,  
criaram a morte  
e depois me convocaram  
a falar sobre festas do sertão.  
fechei as mãos  
cerrei os punhos  
e com as duas mãos fechadas  
bradei ao rico: basta!  
e ao povo: não!*

## BARUQUE

*o ídolo de barro  
e do pecado  
é também de pedra  
e devora a gente  
de quem eu falo,  
poeta do pequeno.*

*mas o poeta que cala  
do que eu falo  
na mesma taça bebe  
em ceia alheia:  
seu verso fácil,  
seu vinho e seu veneno.*